



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 06 de Dezembro de 2019

Bruno Brandão, **‘Chega de briga!’**

A ministra Damares Alves, dos Direitos Humanos, diz que a esquerda precisa parar de usar a bandeira das minorias para obter ganhos eleitorais e defende que é chegada a hora de fazer a "reconciliação" entre grupos que historicamente se digladiam

Igor Gadelha

Advogada e pastora evangélica, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, 55 anos, é um dos símbolos da ala ideológica do governo Bolsonaro. Dona de posições firmes, empilhou polêmicas desde que assumiu a pasta. Mas não se arrepende de nenhuma delas. “Sou coerente. Desde a transição, minhas falas são sempre as mesmas. Que polêmica tem menina vestir rosa e menino azul?”, indaga. “Penso do mesmo jeito e atuo do mesmo jeito.” Damares diz que é alvo constante de críticas por compor o que chama de pilar do governo, ao lado de Sergio Moro (Justiça), Paulo Guedes (Economia) e Abraham Weintraub (Educação), e por comandar o ministério responsável por zelar pelos “valores que Bolsonaro quer mudar”. Também há, segundo ela, um certo preconceito religioso por parte dos que a criticam. “Há uma discriminação por eu ser pastora”, lamentou.

Apesar de alvejada por suas opiniões que contrariam o



mainstream, a ministra jamais se nega a abordar temas sensíveis. Nesta entrevista a Crusoé, ela afirma que foi, é e será uma ativista contra a ideologia de gênero. Embora discorde da expressão “cura gay”, ela diz acreditar que as pessoas podem mudar de orientação sexual. “Existem héteros que deixam de ser héteros para viver a homossexualidade. É possível? É. E existe gay que não quer mais viver a homossexualidade e quer se casar com uma mulher. Agora, se você deixou de ser hétero para ser gay, você não é ex-hétero, você é gay.” A ministra também se coloca contra a liberação de jogos no Brasil e defende restrições ao uso medicinal da maconha. Eis os principais trechos da conversa.

A sra. ficou em silêncio semana passada, em uma entrevista coletiva, e foi criticada por isso. Houve exagero na

crítica?

Não. Eu queria que falassem, bem ou mal, mas que falassem que eu fiquei em silêncio e por que fiquei em silêncio. Não causei nenhum prejuízo à imprensa. Estavam todos no Palácio (do Planalto). Fiz isso meia hora antes (do lançamento da campanha de enfrentamento à violência contra a mulher). Então, ninguém gastou gasolina, ninguém gastou combustível, ninguém se deslocou, estava todo mundo lá. Eu queria ter feito um dia antes, mas aí pensei: poxa, se eu fizer um dia antes, se eu convocar num domingo, o pessoal vai sair de casa... Então vamos fazer ali mesmo que já está todo mundo lá. O objetivo foi alcançado. É muito ruim tirar a voz de uma mulher.

A sra. é uma das figuras mais criticadas da equipe de Jair Bolsonaro. Há certo preconceito em relação a alguns integrantes





do governo?

Eu não dou declaração polêmica. Sou coerente. Desde a transição, minhas falas são sempre as mesmas. Quem faz a polêmica é a imprensa. Que polêmica tem menina vestir rosa e menino vestir azul? Tem alguma polêmica nisso? Menina não pode vestir rosa? Quem faz a polêmica é a imprensa. Eu coloco minhas posições, mas infelizmente elas geram polêmicas. É diferente.

No seu caso, acha que tem a ver com o fato de ser evangélica?

O presidente Bolsonaro não prometeu grandes obras para ser eleito. Ele foi eleito num tripé, e isso é óbvio: segurança pública e combate ao crime, economia e valores. E tu percebes que são os três ministros mais criticados? Olha o que fizeram com o Sergio Moro, o que fizeram com o Paulo Guedes, o que fizeram comigo, com o Abraham (Weintraub) e com o (Ricardo) Vélez (ex-ministro da Educação). Os valores estão aqui e na Educação. Esses ministros são os pilares do Bolsonaro. As críticas a mim tinham motivação política: combater um dos pilares do Bolsonaro. Se eu fosse ministra, por exemplo, do Turismo, acho que não teria recebido tanta crítica. A crítica não é à pessoa da Damares, mas à pasta que está sendo conduzida por uma pastora, a pasta dos valores, os valores que Bolsonaro quer mudar: vamos desqualificar essa mulher para ela não mexer nesses valores. O que a gente viu por aí foi um ingrediente muito forte de um preconceito religioso também, uma discriminação pelo fato de eu ser pastora. As maiores polêmicas estão ligadas ao pé de goiaba, estão ligadas ao fato de eu declarar publicamente que sou

terrivelmente cristã, de eu, em nenhum momento, separar e dizer: estou renunciando à minha fé. Não posso renunciar à minha fé. Houve aí um preconceito religioso muito forte em relação a mim.

Quais são os principais problemas do país na área de direitos humanos?

Existem muitas violações de direitos. Se você olhar, o tempo todo tem uma violação de direitos. Os direitos da criança estão sendo violados. O não atendimento num posto de saúde de uma criança que está morrendo é uma violação de direito. Uma mulher ter um bebê na calçada da maternidade é violação de direitos. Estou com imagens de hospitais de Manaus em que as mulheres, para ter bebê, estão disputando a cadeira. Não é nem mais leito que elas estão disputando. É muito desumano uma mulher, num trabalho de parto, em pé, segurando seu soro. Então, tem todos os tipos de violação de direitos. Mas não é só o direito da criança. O direito do idoso também está sendo violado no Brasil. Existe muita crueldade no Brasil, existe muita violência. A violação de direitos no Brasil ocorre em todos os segmentos: criança, mulher, adolescente, jovem, idoso, pessoas com deficiência. A gente precisa lutar. Este aqui é o ministério dos direitos, da garantia de direitos, da preservação de direitos.

Como a sra. analisa a visão do presidente Jair Bolsonaro sobre direitos humanos?

É exatamente a visão que eu esperava dele.

Em alguns pontos a visão dele não é divergente da sua, como no

caso dos índios, que a sra. costuma defender?

O presidente tem uma visão de indigenismo que não é só dele. Muita gente pensa assim. Por exemplo, ele entende que o índio tem direito, se ele quiser, de ir e vir. Mas a gente tem uma política indigenista no Brasil de isolamento do índio. Até bem pouco tempo atrás, para o índio tirar um passaporte, a Funai tinha que autorizar. E o presidente entende que se o índio quer fazer faculdade, que faça. Se o índio quer deixar de matar seus filhos, que deixe. Se o índio quer produzir, que produza. Ele não aceita muito o isolamento do índio. Por que o nosso índio tem que continuar pobre, miserável, no meio do mato? Ele pensa como eu. Talvez a forma como ele expressa isso, a gente não consiga entender. A posição dele está muito de acordo com a minha.

Nas demarcações de terras também?

Vamos lembrar que terminou recentemente uma CPI da Funai. São duas CPIs da Funai em menos de 20 anos. O presidente participou. Ele viu os exageros, e havia recomendações da CPI. Quando ele fala que não vai demarcar nenhuma terra, que recado ele está mandando? Não vem com essa farrá de demarcação porque, infelizmente, a gente sabe que algumas áreas foram demarcadas de forma indevida. E, por outro lado, tem área que não foi demarcada. A situação dos índios guarani kaiowá até hoje não se resolve. A gente vai lá para o Amapá e vê áreas enormes demarcadas. Temos áreas no Brasil do tamanho do estado de Sergipe, por exemplo, para onze índios. Se o PT estava no poder, se a esquerda estava no poder, por que não





demarcou? Por que agora estourou tudo no colo do presidente Bolsonaro para ele demarcar? O recado dele foi: não vou priorizar demarcação. Não quer dizer que ele vai rever um processo ou outro. Ele não vai priorizar. Ele vai priorizar outras políticas indígenas. Quando falo em promoção territorial do índio, estou vendo o índio como um todo. Falo do combate à violência contra a mulher indígena, por exemplo. Ninguém fala que tem que estupro coletivo entre índios. Ninguém falava do infanticídio.

Desde sua chegada ao governo, mudou algo em sua opinião sobre temas como racismo e homossexualidade, por exemplo?

Não. Penso do mesmo jeito e atuo do mesmo jeito. Por exemplo, fui, sou e serei uma ativista contra a teoria do gênero, a ideologia de gênero. Mas você nunca vai me ver falando mal de gay. Não existe uma palestra minha falando mal de gay. Há uma interpretação muito diferente. Ideologia de gênero não tem nada a ver com gay. São coisas totalmente diferentes. Trabalho com gays há muitos anos. Trabalhei com travestis há muitos anos. Trabalhei com meninos com dúvidas sobre a sua identidade há muitos anos. Amo os homossexuais, os gays, travestis, tanto que você pode ver um ou outro falando mal de mim na internet, mas não vê movimento gay vir aqui na porta gritar contra mim. Sabe por quê? Porque no fundo eles sabem exatamente quem sou eu, sabem que sempre lutei pela proteção da comunidade.

Continua acreditando na “cura gay”?

Não é cura gay. Eu acredito que as pessoas podem mudar de gênero. Existem héteros que deixam de ser héteros para viver a homossexualidade. É possível? É. Existe hétero que deixa de ser hétero para ser bi. Mas existe bi que cansa da bissexualidade e quer ser apenas hétero ou apenas gay. E existe gay que não quer mais viver a homossexualidade e quer se casar com uma mulher. Talvez o termo (cura gay) esteja muito errado. Por exemplo: não existe ex-gay. Se você deixou de ser gay e foi ser hétero, você é hétero. Se você deixou de ser hétero para ser gay, você não é ex-hétero, você é gay. Qual a condição em que você está agora? Nunca falo ex-gay. Qual a sua condição agora? Agora sou hétero, então você é hétero. Qual a sua condição agora? Agora estou gay, então você é gay. Existe um grupo aí, e a gente tem que respeitar esse grupo, os homossexuais egodistônicos, e esse é o grupo que mais se suicida. O que é o egodistônico? É o gay que é gay e não aceita a sua condição de ser gay. Esses meninos precisam ser tratados, precisam ser abraçados, precisam ser acolhidos por psicólogos, pela família, pelos amigos, por todo mundo. Eu conheço muita gente que é gay e não quer vivenciar a homossexualidade. A eles é dado o direito de buscarem ajuda.

Não é um tratamento que o Conselho Federal de Psicologia hoje proíbe?

É isso que esse movimento quer: que se um egodistônico chegar num consultório e disser que não quer mais viver a homossexualidade e que tem conflito, que não quer isso, que ele tenha o direito de ser atendido pelo psicólogo.

A sra. vai trabalhar para liberar esse tipo de tratamento?

Não vou me meter nessa seara. Acho que já tem militante demais nela. O que vou fazer é o seguinte: eles existem, conheço eles há muitos anos e, se precisarem ser acolhidos pelo ministério, serão. Não vou militar na causa. A causa gay já tem muito militante. Qual o meu papel? Garantia de direitos. Não quero que ninguém seja machucado, rejeitado, mas eles existem. Tem alguns gays que conversam comigo e falam: ministra, eles continuam gays, mas deixaram de viver a homossexualidade. Não quero saber a terminologia. Acredito que a pessoa pode deixar de vivenciar a homossexualidade.

Há quem veja excessos na visão da esquerda sobre minorias. Qual é a sua opinião a respeito disso?

Acho que a esquerda usou as minorias, usou a dor deste povo como bandeira política. Por exemplo: toda a militância gay que aconteceu no Brasil era para cuidar do gay ou era uma bandeira política? Pergunto muito isso. O que mudou, de fato, na vida do gay pobre lá da Ilha do Marajó com tanta briga, tanta militância aqui, com tantas associações recebendo dinheiro? Foi política partidária. Não foi pensando no gay. A mesma coisa eu falo com relação aos negros, aos quilombos. Era uma bandeira político-partidária e havia um projeto de poder usando essas bandeiras. Mas eu pergunto para alguns esquerdistas: para quantas travestis você foi levar um prato de sopa na rua, abraçar e levar ela para casa quando ela estava machucada ou precisando de ajuda ou morrendo de Aids? Não tinha compaixão, não.





O discurso do presidente contribuiu para violência contra gays, negros e minorias em geral?

Não acredito. Ele pode ter uma fala dura, mas os gays estão em volta dele o tempo todo. Ou você acha que não há servidores gays no Palácio? Tem muitos gays juntos com ele, mesmo sem ser servidor. Estou na militância, tínhamos muitos gays na militância com a gente, porque, no corpo a corpo, ele quer muito bem a esses meninos. Na prática, ele quer muito bem, ele não discrimina. Pergunte a um gay que está em volta de Bolsonaro se ele se sente discriminado. Não entendem o discurso dele ou acabam criando mais polêmica do que há, na verdade.

Por que a pauta conservadora do presidente, como a questão da posse de armas e o Escola Sem Partido, não avançou no Congresso?

Acho que é porque o presidente tinha uma prioridade no Congresso Nacional neste primeiro momento: a reforma da Previdência. Ele enviou outros projetos, mas a gente não trabalhou, não articulou. A gente tinha uma prioridade ali. Por exemplo: eu trabalhei a pauta do suicídio, e a gente aprovou no Congresso Nacional. Mesmo na hora em que eu estava trabalhando esse assunto, tinha que ter muito cuidado para não atrapalhar a pauta da Previdência. Todos nós estávamos focados na Previdência. Quando terminou a reforma da Previdência, fomos com tudo com a pauta do homeschooling (para autorizar que pais eduquem crianças em casa) e a comissão especial está sendo formada. A gente quer aprovar até junho. As outras pautas paralelas vão avançar agora.

Diante de casos recentes como o registrado no último fim de semana na favela de Paraisópolis, em São Paulo, a sra. avalia que a polícia vem cometendo excessos?

A polícia está igual, como sempre foi. É que agora estão noticiando de forma diferente. O que temos que trabalhar muito é a formação dos nossos agentes. Candelária foi quando? 1994. Anteontem (em Paraisópolis) morreram oito. Na Candelária morreram doze, tá? No final da década de 1980, eu fazia o enfrentamento em Aracaju à matança de meninos de rua. Eu dormia na rua, inclusive, para proteger os meninos. Estão dizendo que a polícia agora está tendo excessos. Não vejo nada diferente do que ocorria no passado. Temos que trabalhar por uma polícia mais humanizada. Todas elas. Mas isso é uma luta de 30 anos. Ela não está mais desumana agora porque é o governo Bolsonaro.

Há quem diga que o chamado excludente de ilicitude defendido pelo presidente incentiva excessos.

Não acho. Acho que o discurso do presidente tem um recado mais forte para o crime organizado. Tanto que o discurso dele já surtiu efeito. Diminuímos em 24% o número de homicídios. Você acha que foi só o trabalho dos ministros e dos governadores? Não. O recado foi dado para o crime organizado. Acabou a impunidade. Vamos fazer o enfrentamento. Dizer que a polícia piorou, que ela está sendo mais desumana agora, isso não procede.

O que significa “humanizar a polícia”?

Isso eu falo há 30 anos. Quero melhores salários para os policiais. Como posso ter uma polícia tranquila na rua, trabalhando, se está faltando o dinheiro do gás em casa, se está faltando o dinheiro da energia? Quando eu falo em humanizar é melhorar o salário, dar mais equipamento, melhorar a academia.

A remuneração ruim afeta a atuação dos policiais?

Você sabe o que é um pai doidinho porque o filho está na fila do SUS e não tem um atendimento médico? Ele (policial) não está descontando (na população), mas se eu tenho uma polícia com salário maravilhoso, um policial que pode, com seu próprio salário, fazer mais cursos de graduação, se especializar, fazer pós-graduação, uma polícia em que ele está com a sua família protegida, melhor. Por que a polícia faz bico nos fins de semana? Por que o policial vai trabalhar de segurança?

Qual é a sua posição pessoal sobre a liberação do uso medicinal da maconha?

Totalmente contra. É o canabidiol que vai resolver o problema da doença? Porque o governo não pode dar o canabidiol para essa pessoa? A maconha in natura não resolve o problema da pessoa. É a substância? Vamos trabalhar a substância e dar o canabidiol. Mas plantar maconha para dizer que é medicinal, isso não cola. Plantar maconha para fins medicinais não existe. Essa história de maconha medicinal é para boi dormir.

A ex-presidente Dilma merece a indenização que tenta obter junto à Comissão da Anistia?





O processo dela ainda está em análise técnica. Não me debrucei sobre ele. Quando a relatora apresentar o voto, vou ler. A palavra final é minha. Não vou antecipar. Tem requerimentos anteriores ao dela. Se eu julgar o dela antes, desfaço todo o meu discurso.

Há opiniões divergentes no governo sobre o legado do regime militar. O que pensa sobre o período?

Eu era tão pequena. Não lembro de nada. Eu nasci no dia 11 de março de 1964. Como vou lembrar? Eu era tão criança. Acho que o derivado da palavra anistia quer dizer esquecimento. Quando veio a Lei de Anistia que alcançou os dois lados, acho que, naquele momento, a gente poderia ter reconciliado o Brasil e avançado. E é exatamente o que tenho feito agora. Preciso julgar todos os requerimentos (de indenização). Vamos avançar na Comissão da Anistia. Vamos dar a indenização a quem merece, vamos nos reconciliar e avançar.

Mas qual sua opinião sobre o período?

Nós tínhamos naquela época um regime militar. E houve exageros dos dois lados. Por exemplo, tem uma ação que quero fazer no ministério. Não entrego esse ministério sem cuidar disso, que é o caso do Araguaia. Você sabe o estrago que os guerrilheiros fizeram na vida do povo do Araguaia? Esse povo estava tranquilo lá, cada um com sua rocinha, com sua casinha de palha, mas vivendo a sua vida. Eles (refere-se aos militantes de esquerda que organizaram uma guerrilha na região do chamado Bico do Papagaio, entre os estados do Pará e Tocantins) não

pediram permissão ao povo para invadir aquilo lá e fazer daquilo lá sua visão de mundo. As famílias do Araguaia já foram indenizadas? Quero ouvi-las sobre isso. Tem uma comissão do Araguaia aqui no ministério. Quando resolver a questão dos mortos e desaparecidos, que é uma comissão emblemática, e a comissão de anistia, quero dar uma olhadinha no grupo do Araguaia. Agora, na Comissão de Mortos e Desaparecidos, priorizamos a questão da Vala de Perus. Quero avançar nisso logo, já devolver esses ossos, sepultar esses ossos e guardar o DNA deles. Tudo muito bem organizado.

A sra. admite que houve excesso dos dois lados?

É o que se fala, né!? Que houve exagero dos dois lados. Se houve exagero, acho que a Lei da Anistia veio para dizer assim: os dois lados estão perdoados e vamos caminhar. Só que o que aconteceu? Um lado tentou caminhar e o outro usou isso como bandeira política para chegar ao poder. E ainda hoje tem essa briga... A gente não vai avançar, meu Deus? Já era tempo de ter tido uma reconciliação. Não se vive de dor. Que a gente aprenda as lições daquele período. Mas que a gente caminhe.

O novo presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, disse que não existe "racismo real" e que o movimento negro precisa ser "extinto". Concorda com ele?

Não, não. Talvez ele tenha sido mal interpretado. Então vou dizer não e conversar com ele. Já pedi um encontro. Já falei por telefone e quero entender. Por que não vou julgá-lo?

Porque muita coisa que falei não foi aquilo e fui julgada. Não posso julgá-lo pelo que a imprensa falou dele. Quero ouvi-lo. Existe racismo no Brasil. Ponto. Vamos trabalhar para lutar contra o racismo. Agora, que o movimento negro também usa isso como pauta político-partidária, usa. Tem muita briga nesse setor. Tem mais briga do que busca de direitos. O movimento negro tem sua contribuição para a construção de uma lei muito boa, que é a Lei do Racismo. Mas o que vejo, às vezes, é muita briga e não luta pela garantia de direitos.

Outro integrante do governo, o novo presidente da Funarte, Dante Mantovani, disse que o rock leva ao aborto e ao satanismo. Como explicar?

Nem vi. Ave, Maria! O forró não, né? (risos) Preciso entender isso. Os direitos humanos têm aí a liberdade, igualdade e fraternidade. Já tivemos a luta pela igualdade, pela liberdade de expressão. Esta ministra vai trabalhar pela fraternidade. Acho que está na hora de a gente reconciliar os povos no Brasil. Está na hora de a gente avançar. Já tenho legislação para botar um racista na cadeia, se ele cometeu o crime. Chega de briga!

Como ficou sua relação com o ex-senador Magno Malta após a sra. assumir o ministério e ele ser preterido?

A gente não tem tempo de se encontrar. O Magno continua com as agendas, com as palestras, as músicas dele. Já me encontrei com ele uma vez em Brasília. Eu amo o senador Magno Malta. Houve um barulho na imprensa, mas entre nós, não. Não acho que ele tenha sido injustiçado, porque o presidente





quer muito bem ao Magno. E eu acho que o Magno ainda tem espaço no governo.

Qual é sua posição sobre a legalização de cassinos no Brasil?

Não sou contra a legalização dos jogos porque sou ministra e evangélica. Sou contra a legalização dos jogos porque eu lidero uma luta contra a corrupção no Brasil. Trabalho há anos contra a corrupção. O Ministério Público é unânime e pensa comigo: legalizar os jogos no Brasil é para lavar dinheiro. Nós não temos mecanismos e instrumentos para acompanhar o posto de gasolina da esquina que fica toda hora fraudando combustível. Vamos ter mecanismo para fiscalizar cassinos, bingos e casas de jogo do Brasil?

Os grupos favoráveis dizem que isso geraria empregos.

É para atrair turista? Então vamos incrementar o turismo aqui no Brasil. Olha as nossas praias. Que Caribe, que nada! Olha o nosso Nordeste, olha o Marajó! É palhaçada. Não tem como controlar. Como você vai dizer que só apostou 10 reais ali? Não tem controle do dinheiro. Não se tem mais partido para lavar dinheiro, porque agora as leis são rígidas... As leis são rígidas com relação a sindicatos, não tem mais caixa 2. A legalização dos jogos no Brasil só tem um objetivo: lavagem de dinheiro.

O próprio presidente disse que, em princípio, era a favor, mas que precisaria consultar a bancada evangélica.

Esse presidente quer tanto ver essa nação rica... Mas ele quer ouvir os sensatos, e os sensatos estão dizendo: é lavagem de dinheiro. Cassino e jogos de azar caminham de mãos dadas com o crime organizado. Quer que eu diga uma coisa para você? Sabia que a Disney leva mais divisa para os Estados Unidos do que Dallas? Se é por dinheiro, então vamos criar parques temáticos no Brasil. Com um detalhe: o dinheirinho lá da Disney é todinho limpinho. Agora o dinheiro de Dallas tem a prostituição, o dano colateral da droga, o dano colateral de quem se suicidou. Duvido que quem vai à Disney se mata porque não gostou do Mickey. Se é por dinheiro e por turismo, cara, vamos investir em parques temáticos no Brasil.

Já achou o namorado que a sra. disse que estava procurando no Tinder?

Eu nunca estive no Tinder (gargalhadas). Era uma brincadeira. Eu não estou procurando namorado, não quero namorado. Eu casei com o Brasil.

A sra. já recebeu convites de alguns partidos. Planeja se filiar para se candidatar nas próximas eleições?

Não. Se eu quisesse passar pela urna, acha que já não tinha ido? Descarto totalmente. Hoje, digo para você: não sou candidata. Não sou, não quero. A urna é cruel. Já pensou se vou para a urna e não sou eleita? Como fica minha autoestima? Quero morrer acreditando que todo mundo me ama.

Educação e saúde podem ser exceções na reforma



Breno Ribeiro, presidente da CNSaúde, afirma que os projetos para inclusão de alíquotas diferenciadas na reforma estão tramitando bem — Foto: Divulgação

Negociações no Congresso avaliam tratamento diferenciado para facilitar unificação de tributos

Por Beth Koike, Marta Watanabe e Hugo Passarelli — De São Paulo

Os acordos em negociação nos bastidores do Congresso sobre a reforma tributária consideram a possibilidade de um tratamento diferenciado para os segmentos de saúde e educação, o que é considerado um avanço para os representantes dos dois setores em relação à unificação dos tributos sobre consumo. Eles veem como avanço a discussão sobre a

necessidade de uma alíquota diferenciada, mas ainda estão preocupados com o nível da taxa a ser definida - e também com o pleito de desoneração de folha de pagamento.

Atualmente, existem dois projetos principais tramitando no Legislativo sobre reforma tributária. A PEC 45, sob relatoria do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e a PEC 110, que tem como relator o senador Roberto Rocha (PSDB-MA). O ponto em comum desses dois projetos é a criação de um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com a unificação dos tributos federais IPI, PIS e Cofins ao ICMS, cobrado pelos Estados, e ao ISS, dos municípios. Mais recentemente, representantes

do governo federal têm sinalizado com o envio de uma proposta que propõe unificação, mas restrita ao PIS e a Cofins.

O projeto do governo ainda não foi apresentado oficialmente. De qualquer forma, nas três propostas, o imposto unificado deve seguir o modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), não cumulativo, cobrado no destino e, na proposta original da PEC 45, com alíquota única.

Segundo Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia, o projeto de lei do governo para unificar PIS e Cofins está pronto e sob análise dos demais órgãos do Ministério da Economia. Questionada sobre tratamento diferenciado na saúde e educação, ela disse que as “exceções” estão entre os pontos a serem definidos.

Em entrevista publicada no Valor no dia 20 de novembro, o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), falou sobre a possibilidade de que segmentos como saúde e educação tenham tratamento específico no sistema estabelecido pela PEC 45. O CCiF elaborou a proposta que deu origem à PEC. Appy ressaltou, porém, que essa e outras discussões estão a cargo do relator.

Amabile Pacios, presidente do Fórum das Entidades





Representativas do Ensino Superior Particular (Fórum), que também representa as escolas de educação básica no debate sobre reforma tributária, acredita que haverá convergência dos três textos: o da Câmara, o do Senado e o do governo federal. A alíquota para educação ainda não está definida, mas, segundo ela, houve um grande avanço em relação há dois meses. Uma alternativa seria colégios e faculdades privadas pagarem 30% da alíquota de referência da PEC 45, que é de 25%.

Entre os argumentos citados pelo setor de educação para defender um tratamento diferenciado ao setor é que, com a alíquota única, fica inviável investir no setor. O governo, diz Amabile, teria que arcar com a migração de 15 milhões de alunos da rede privada às instituições públicas. Ela ressalta, porém, que o setor ainda defende a desoneração de folha.

Breno Monteiro, presidente da CNSaúde, diz que o governo já reconhece a necessidade de alíquotas diferenciadas para três setores: saúde, educação e transporte. A dúvida ainda é como será apresentada. O governo, segundo ele, está se baseando em modelos internacionais que dão alíquotas distintas para esses três setores. No Senado, conta, deve haver lei complementar, mas percentuais ainda não estão definidos. Na Câmara, acredita, serão incluídas emendas para alíquotas diferenciadas. “Já há pelo menos nove emendas, sendo que três delas redigidas pela CNSaúde.”

De qualquer forma, a percepção

é positiva. “Os projetos para inclusão de alíquotas diferenciadas estão tramitando bem. Antes o governo estava reticente, mas agora está reconhecendo a necessidade disso”, diz ele.

O que os setores de saúde e educação temem é que a reforma traga grande elevação de carga para os dois setores. Dentre os cinco tributos que a PEC 45 propõe unificar, por exemplo, os segmentos de saúde e educação pagam atualmente três: PIS, Cofins e ISS. Segundo cálculos do tributarista Hamilton Dias de Souza as empresas das áreas de saúde e educação pagam 8,03% com esses três tributos. Com o texto atual da PEC 45, explica ele, as empresas seriam submetidas a uma alíquota de 25%. O aumento de carga, segundo o tributarista, seria de 211%, porque os dois segmentos não têm grandes volumes de créditos a serem abatidos.

O cálculo de Souza considera a tributação de empresas pelo lucro presumido com uma alíquota média de 4,38% de ISS, 3% de PIS e 0,65% de Cofins. O lucro presumido é na verdade um regime para recolhimento de Imposto de Renda, mas define a forma de pagamento do PIS e da Cofins. Podem optar pelo presumido empresas com faturamento de até R\$ 78 milhões anuais.

Para empresas que pagam pelo lucro real, o PIS e Cofins devido soma alíquota 9,25%, calculados sobre faturamento de forma não cumulativa. Ou seja, com direito a crédito. Soma-se a esses dois tributos o ISS, que chega ao máximo de 5%

e varia conforme o município.

O Fórum também fez os cálculos e diz que, na educação, a tributação aumentará para uma carga de cerca de 22%, se não houver mudança na proposta original. Hoje, o setor paga entre 5% e 8%. “A folha de pagamento representa entre 52% e 54% da receita nas instituições que estão bem financeiramente. Já entre aquelas com dificuldades, a folha chega a representar de 60% a 65%”, diz Amabile. “O setor de educação não tem crédito compensatório relevante. Podemos compensar energia, serviços terceirizados, mas isso não dá 1%.”

A Abramed, associação das empresas de medicina diagnóstica, chegou a fazer estudo analisando o impacto da reforma tributária nas quatro companhias de medicina diagnóstica de capital aberto - Fleury, Dasa, Hermes Pardini e Alliar. Segundo esse levantamento, as quatro companhias passariam a ter prejuízo com a nova tributação, caso não houvesse tratamento diferenciado para a saúde. Ainda de acordo com a Abramed, sem alguma flexibilização nas propostas, haverá aumento de cerca de 60% na tributação já considerando o crédito gerado com o IVA. Hoje, esse setor arrecada em média 12% em tributos indiretos.

A CNSaúde argumenta que, no setor de saúde - incluindo hospitais, clínicas, laboratórios de medicina diagnóstica e operadoras de planos de saúde -, o imposto aumentará dos atuais 7,5% para 15%, caso a reforma tributária não tenha tratamento diferenciado para a saúde.





A Anahp, associação dos maiores hospitais privados do país, alega que 40% do orçamento é gasto com folha de pagamento.

Fabiana Lopes Pinto Santello, diretora do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), diz que o grande problema nos serviços é exatamente a característica de atividade intensiva em mão de obra, custo que não daria direito a crédito. Além disso, diz ela, há também uma preocupação muito grande em relação ao alcance da não cumulatividade.

A advogada também acredita que houve evolução do assunto nos últimos dois meses. Segundo ela, existe atualmente uma percepção de que tanto o governo federal como a Câmara e o Senado estão mais sensíveis ao impacto que uma reforma reunindo tributos sobre

consumo pode ter na saúde e educação, como também em outros setores de serviços.

Essa receptividade, diz ela, é importante. “Isso pode evitar a judicialização após a aprovação da medida. É melhor discutir o assunto agora.” A ideia de uma comissão reunindo Senado e Câmara, que tem sido mencionado por parlamentares e especialistas que acompanham os debates da reforma, também é bem-vinda. “A expectativa é que comecemos a ter algo mais palpável”, diz ela, se referindo a um projeto convergente de reforma.

Para Fabiana, uma possibilidade para amenizar o aumento de carga nos serviços seria ter três tipos de alíquota, ao menos. Ela defende um modelo que permita algum tipo de isenção, até, para alguns setores.

Brasil corre risco de criar excedente de professores

De 2013 a 2017, 1,148 milhão de docentes saíram das universidades, cerca de metade do total de profissionais da área nos setores público e privado em 2018

Por Hugo Passarelli —
De São Paulo

Com o envelhecimento da população e o boom de cursos de licenciatura, o Brasil corre o risco, mantido o ritmo atual, de criar um excedente de professores, estima Ricardo Paes de Barros, professor do Insper e economista-chefe do Instituto Ayrton Senna. De 2013 a 2017, 1,148 milhão de docentes saíram das universidades, cerca de metade do total de profissionais da área nos setores público e privado no ano de 2018, em torno de 2,2 milhões.

“Somos um país de professores. Considerando apenas o setor público, o que é produzido em cinco anos equivale a dois terços do estoque de empregados”, disse. “No agregado do Brasil, você não vai mais precisar de tantos professores. E nós estamos com uma educação superior apontando na direção de produzir mais professores no mesmo ritmo que temos feito.”

Segundo o pesquisador, esse excesso ocorreu porque, em meio à



Paes de Barros: país não necessita de mais professores, mas de melhores — Foto: Silvia Zamboni/Valor

necessidade de concluir a universalização do ensino, a sociedade demandou à academia mais professores. “Talvez precisemos dizer à universidade que não precisamos de mais professores, mas de melhores.”

Estudos recentes também têm mostrado que a expansão das licenciaturas e dos cursos de pedagogia tem ocorrido sobretudo pela oferta de graduações a distância, cuja qualidade é inferior à da modalidade presencial.

Mesmo computando as aposentadorias, também não haveria espaço para absorver todos esses profissionais. Na média brasileira, em torno de 25% dos professores têm mais de 50 anos e, logo, estariam aptos à aposentadoria e posterior substituição.

Sem uma mudança de rota, o contingente de docentes só deve subir. A estimativa de Paes de Barros é que algo em torno de 1 milhão a 1,5 milhão de professores sejam formados em cinco anos.

O diagnóstico foi apresentado ontem a secretários estaduais de Educação, em São Paulo. Os dados chamam a atenção porque em praticamente todos os Estados o envelhecimento da população até 2050 vai reduzir a demanda por educação básica. Isso vai acentuar a queda das matrículas, um movimento que já vem sendo observado nos últimos anos.

Com menos alunos entrando na rede ano a ano e a melhora do fluxo escolar, isto é, a redução das reprovações, o investimento per capita por estudante deve subir mesmo sem expansão substancial de orçamento. “Vamos poder dar uma melhor educação a cada aluno, a questão é como gastar esse per capita da melhor maneira possível.”

Segundo Paes de Barros, com essas informações os gestores podem tomar decisões que abririam uma folga financeira, como reduzir o número de escolas, ou diminuir a quantidade de alunos em cada sala de aula ou ainda ampliar a carga horária.





Nos dois últimos casos, no entanto, não necessariamente haveria uma melhora do ensino. “O professor realmente precisa de mais tempo de exposição ao aluno ou precisa de uma aula que ele está mais preparado para dar?”, questiona Paes de Barros.

Desde a experiência bem-sucedida de Pernambuco, que tem hoje 57% das vagas ofertadas no primeiro ano do ensino médio em regime de tempo integral, a ampliação do horário escolar tem sido defendida como uma das saídas para reverter a baixa aprendizagem dos brasileiros.

Paes de Barros defende que é necessário, mais do que espalhar o modelo de tempo integral, melhorar a formação e a remuneração dos professores. Hoje, praticamente todos os Estados pagam menos a seus docentes do que os demais profissionais com ensino superior, aponta o pesquisador.

Além dos benefícios de na aprendizagem, o pesquisador destaca que existem impactos sociais em atrair e remunerar melhor esses profissionais. “Como a carreira atrai gente de famílias pobres, isso é uma tremenda janela de ascensão social.”

Levantamento de Paes de Barros a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continua mostra que os professores representam 3,1% da força de trabalho total do Brasil. Entre as mulheres com ensino superior, a participação é ainda maior: 20% são professoras.

Outro recorte, a partir do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), mostra que, em 2017, 72% dos concluintes em licenciatura e cursos de pedagogia eram mulheres, 52% eram negras, pardas ou indígenas e 61% tinham mães que haviam cursado, no máximo, até o ensino fundamental.

Reitores recorrem à Justiça contra Abraham Weintraub

Ministro da Educação afirmou, sem provas, que federais são berço de ‘plantações de maconha’

PAULA FERREIRA

paula.ferreira@infoglobo.com.br

BRASÍLIA

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes) entrou na Justiça contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para que o gestor preste esclarecimentos sobre as acusações que tem feito contra as universidades federais.

A interpelação judicial foi protocolada pela Andifes na quarta-feira e requer que Weintraub se retrate de suas declarações sobre plantação de maconha nas federais e produção de drogas em laboratório, ou apresente provas para embasar as afirmações.

A medida, protocolada na 9ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, tem como base declarações de Weintraub durante uma entrevista ao “Jornal da Cidade” e publicações do ministro no Twitter. Ontem, a Comissão de Educação da Câmara convocou o dirigente do

MEC para esclarecer as acusações.

O documento assinado pelos reitores cita publicações no Twitter do ministro relacionando a Universidade de Brasília (UNB) e a Federal de Minas Gerais (UFMG) à produção de drogas.

No caso da UNB, uma notícia de 2017 publicada pelo ministro apontava que plantas de maconha teriam sido encontradas em terreno da universidade. Posteriormente, no entanto, foi provado que as mudas não estavam na instituição.

Em relação à UFMG, Weintraub publicou uma reportagem que mencionava investigação da polícia sobre estudantes que teriam usado insumos da instituição para produção de drogas. No entanto, ficou provado que os condenados no caso não tinham vínculo formal com a instituição.

Os reitores exigem ainda que o ministro explique seus ataques à autonomia universitária, prevista pela Constituição, uma vez que afirmou que essa garantia é “falaciosa”.

Em resposta ao GLOBO, o MEC afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça.

‘ASSUNTOS DA FAMÍLIA’

Ontem, o ministério lançou o programa “Conta pra mim”, que prevê ou sode R \$45 milhões para incentivar pais a ler para os filhos. A medida deu ma das estratégias da pasta para implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), motivo de críticas de parlamentares e especialistas, que vêm apontando a paralisação do MEC nessa área.

De acordo com o ministério, o recurso será utilizado para financiar professores tutores para atuar em 5 mil espaços que serão criados em creches, escolas, museus e bibliotecas.

O programa inclui a distribuição de “Kits de literacia”, que incluirão livros infantis e orientações para os pais. Além desses kits, que custarão cerca de R\$17 milhões, alunos do 1º e do 2º anos do fundamental receberão almanaques da Turmada Mônica, ilustrados pelo Instituto Mauricio de Sousa com conteúdo formulado pelo MEC. Segundo Weintraub, os conteúdos serão “assuntos da família brasileira”. Questionado sobre que tipos de assunto seriam esses, o ministro não deu detalhes.

Lições do Pisa

CLAUDIA COSTIN

A cada resultado do Pisa, desde 2000, leio com cautela os dados, buscando fugir da mera constatação de que não estamos bem. Sim, tivemos, nesta edição, melhoras na pontuação nas três áreas avaliadas, mas continuamos mal, e vale a pena entender as razões.

É verdade que o Brasil só universalizou o acesso ao fundamental entre o final do século 20 e o início do 21. Praticamente todos os países e economias nas primeiras posições do Pisa alcançaram a universalização bem antes de nós. Mas isso não é razão suficiente para o nosso fraco desempenho.

Tivemos, isso sim, grandes dificuldades para construir uma escola que ensine a todos. Hoje, com jovens de meios vulneráveis finalmente na escola, as políticas docentes teriam que se ajustar a isso, seja atraindo mais talento à profissão para um desempenho bem mais desafiador, seja formando o professor para seu novo papel, o de

assegurador de aprendizagem para todos.

E é justamente em políticas docentes que estamos falhando. Não há nenhum elemento com maior influência na qualidade da educação que um bom professor, mostram as pesquisas recentes. É preciso melhorar os salários, evitar contratos fragmentados de 16 ou 20 horas, que obrigam os mestres a percorrer várias escolas para cumprir uma jornada que os remunere, fornecer-lhes um currículo que estabeleça os direitos de aprendizagem dos alunos e mudar a formação que eles recebem no ensino superior, criando maior diálogo entre teoria e prática profissional. Afinal, isso é o que fazem os sistemas com bons resultados no Pisa.

A boa notícia é que já começamos, mesmo que tardiamente, a fazer algumas dessas coisas. Finalmente estamos implantando a Base Nacional Comum Curricular, estabelecida na Constituição de 1988, mas

homologada apenas no final de 2018. Todos os 26 estados e o Distrito Federal já elaboraram seus currículos estaduais, em parceria com seus municípios, para a educação infantil e o fundamental. Em 2020, eles serão implantados nas escolas. Além disso, o Conselho Nacional de Educação aprovou diretrizes novas de formação docente, que, tão logo sancionadas pelo MEC, mudarão os currículos das licenciaturas e dos cursos pedagogia.

Falta agora seguir o exemplo de Pernambuco, que está contratando seus professores de ensino médio para 40 horas, com dedicação exclusiva e concentrando suas aulas numa única escola. Ainda precisamos melhorar os salários, para atrair e reter os melhores alunos do ensino médio para a mais interessante e desafiadora das profissões --a de professor.

Sem isso, não há melhoras que não sejam milimétricas e que possam se tornar, de fato, sustentáveis.

Reitores na Justiça contra ministro

Brasília – A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) pede na Justiça que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, prove declarações recentes de que há “crimes de produção de drogas” e “plantações de ervas” em universidades. A Andifes quer que Weintraub apresente provas “efetivas” de insinuações sobre a “existência de diversos atos irregulares e práticas criminosas” nas instituições federais de ensino, caso o ministro mantenha as declarações. “Com os achados, se houver, requer-se sejam nominados os responsáveis, as unidades locais, os dirigentes e as universidades, bem como todas as providências tempestivamente tomadas pelo senhor ministro em face de tais ocorrências”, pedem os reitores.

As declarações que motivaram a ação foram feitas por Weintraub em entrevista à TV Jornal da Cidade On-line. “Você tem plantações extensivas de maconha em algumas universi-

dades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico”, disse o ministro. Após forte repercussão, Weintraub dobrou a aposta sobre as declarações em posts no Twitter, também questionados na ação da Andifes. Nas redes sociais, o ministro usou como exemplos investigações contra estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Ambos os casos postados pelo senhor ministro já foram apurados pelas autoridades policiais, devidamente debelados por suas reitorias e não servem de exemplo negativo para as instituições, conforme até indicado pela imprensa”, afirmou a Andifes.

As mesmas declarações levaram a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados a aprovar na quarta-feira a convocação de Weintraub para esclarecimentos. A ação de indenização por dano moral contra a União e Weintraub foi apresentada na quarta-feira e tramita na 9ª Vara Federal Cível de Brasília. A Andifes representa as universidades e institu-



FABIO RODRIGUES POZZEROM/AGÊNCIA BRASIL - 15/12/19

Além de responder na Justiça, o ministro Abraham Weintraub terá de se explicar à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados

tos federais em negociações com o governo. A associação ainda argumenta que as declarações de Weintraub repercutiram em todo o país, gerando possíveis

transtornos aos gestores das universidades. Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação (MEC) afirmou que ainda não foi notificado pela Justiça.

Provas

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) ingressou com uma ação na Justiça Federal de Brasília contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em razão das declarações de que haveria “extensas plantações de maconha” e laboratórios de drogas sintéticas nas universidades. Os reitores exigem que o titular do MEC apresente provas do que afirma. Na quarta-feira, Weintraub foi convocado para se explicar na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Para incentivar a leitura em casa

O Ministério da Educação lançou o programa Conta pra Mim, com o objetivo de incentivar a leitura no ambiente familiar. Além de um guia com dicas e técnicas de leitura em família disponibilizado no site do MEC, a pasta destinará R\$ 45 milhões para implantar espaços de leitura e ensinar os pais a praticar as técnicas em casa. Ao todo, o MEC prevê a instalação de cinco mil espaços até o final de 2020. Eles serão instalados em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas. O programa também pretende incentivar os professores da rede pública que trabalharem as atividades nestes espaços. A ideia é que os professores ofereçam três oficinas com duração de uma hora cada uma para as famílias. A recompensa será uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400. Para ministrar as oficinas, os professores passarão por um curso semipresencial. A pasta prevê a formação de 10 mil tutores. A medida faz parte da Política Nacional de Alfabetização (PNA), lançada em abril deste ano por meio de um decreto. “A família é um ator importante neste processo de alfabetização”, afirmou o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim.



Mensalidades escolares mais que dobraram em 10 anos, diz Procon-SP

Maiores variações foram no primeiro ano do curso fundamental: 138,2%

Por Flávia Albuquerque -
Repórter da Agência Brasil
São Paulo

As mensalidades escolares tiveram variação de 104,29% nos últimos 10 anos. De acordo com uma análise do Índice de Custo de Vida do Dieese feita pelo Núcleo de Inteligência e Pesquisas da Escola Proteção e Defesa do Consumidor da Fundação Procon de São Paulo, o curso que apresentou a maior variação foi o primeiro ano do curso fundamental (138,72%), seguido do curso maternal (136,39%).

O curso universitário, cuja mensalidade aumentou 72,19%, foi o que menos variou nesse período. Os cursos preparatórios para o vestibular tiveram variação de 91,20%.

Segundo o Procon-SP, é importante o consumidor conhecer seus direitos no momento da contratação. “Ao renovar, ou efetivar a matrícula, pais, responsáveis ou alunos devem analisar com atenção o contrato a ser assinado. O contrato de prestação de serviços educacionais deve observar o Código de Defesa do Consumidor e outras legislações, com destaque para a Lei 9.870 de 23/11/1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares”, diz, em nota, o Procon-SP.

De acordo com o Procon-SP, o valor da anuidade ou semestralidade (cobrado do contratante pela instituição) pode ser dividido em 12 ou seis parcelas mensais e iguais no ato da matrícula ou da renovação. A instituição pode apresentar outro plano de pagamento, desde que o total; outro plano de pagamento pode ser

apresentado, mas o valor da soma das parcelas não pode ultrapassar o valor total, nem conter juros ou cobrança de outras taxas.

Os valores deverão ter como base a parcela da última mensalidade fixada no ano ou semestre anterior, multiplicada pelo número de parcelas do período letivo que irá se iniciar. Sobre o valor-base, pode haver um reajuste que a escola calcula levando em conta o aumento de despesas com funcionários, despesas gerais e administrativas, e investimentos em atividades pedagógicas.

O valor da taxa de matrícula está inserido no valor total do contrato, ou seja, corresponde a uma mensalidade. Pode haver cobrança de taxa de reserva de vaga, mas o valor deverá ser abatido quando da efetivação da matrícula.



MEC lança projeto que estimula leitura infantil com familiares

Programa prevê treinamento de tutores de leitura capacitados pelo MEC

Por Pedro Ivo de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Brasília

O ministério da Educação (MEC) lançou hoje (05) o programa “Conta pra Mim”, que estimula a leitura de livros infantis no ambiente familiar. Alunos da rede pública que cursam o 1º e o 2º ano do ensino fundamental são o público-alvo da iniciativa. O programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e, além do estímulo da leitura diária, criará “cantinhos de leitura” para narração de histórias, atividades lúdicas e estímulo à atividade intelectual em creches, pré-escolas, museus e bibliotecas.

“Eu acredito que esse programa é revolucionário. Pela primeira vez no Brasil existe um programa de valorização da

leitura em família. Crianças, pais, mães, avós, padrinhos, tios ou tias podem fazer parte. Eu verdadeiramente acredito na capacidade brasileira de se adaptar e buscar soluções. Cientificamente, os resultados são muito robustos para famílias que leem com seus filhos”, afirmou o ministro da Educação Abraham Weintraub.

O programa prevê o treinamento de “tutores” de leitura, que serão capacitados pelo MEC a partir de janeiro de 2020. Esses tutores receberão uma bolsa de incentivo de R\$ 300 a R\$ 400 para colaborar com os cantinhos de leitura. O treinamento desses tutores deve acontecer pela plataforma de ensino à distância do MEC, mas também será feito por aulas presenciais ministradas por técnicos da secretaria de Alfabetização do ministério. “Os dados mostram que o quadro de alfabetização não é bom. Nas duas últimas provas da Avaliação Nacional de

Alfabetização (ANA) tivemos mais de 50% dos alunos com desempenho muito abaixo do esperado. Isso significa que esses alunos não são leitores proficientes. Esse programa é a nossa resposta para mudar isso”, afirmou o secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim.

O custo da iniciativa será de cerca de R\$ 45 milhões. Destes, R\$ 20 milhões serão usados para a bolsa de incentivo aos tutores, R\$ 17 milhões serão usados na impressão do material e dos kits de leitura, e R\$ 8 milhões para a logística do programa.

Resultado do Pisa

O secretário citou, ainda, o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, o Pisa, que mostrou estagnação no índice de compreensão de leitura na última década no Brasil. “Estamos abaixo da média. O problema é que descobrimos que 50% dos estudantes estão





bem abaixo da média na proficiência de leitura. Apenas 0,2% dos estudantes atingiram o nível mais elevado. E isso é assustador”, explicou.

Aprendizado em família

A idéia do programa, segundo Nadalin, é que as crianças levem para casa as práticas de contação de histórias, leitura, diálogo familiar e motivação da oralidade entre pessoas da mesma família. Professora de uma escola pública do Plano Piloto, em Brasília, Cíntia Pereira de Paula afirmou estar entusiasmada com a iniciativa. “Esse projeto é muito importante. Nos deparamos muito com crianças que possuem pais ou mães analfabetos, e essas crianças levam uma cultura de conversa, de leitura, de diálogo e de amor pelo conhecimento para um lar onde nada disso existe. É uma forma de inverter o aprendizado: é o

pequeno ensinando o grande”.

O projeto prevê a distribuição de “kits de literacia”, compostos de uma “mini biblioteca” de livros infantis da Turma da Mônica - confeccionados especialmente para o programa -, caderno de desenho, giz de cera e um guia de orientações pedagógicas para o estímulo das crianças. Uma parte do conteúdo estará disponível no portal criado para a iniciativa.

Metodologia

A iniciativa do programa segue o princípio da Curva de Heckman, formulada pelo vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2000, James Heckman. De acordo com o economista, investimentos feitos nas camadas mais jovens da população têm maior retorno social.